

A domesticidade como paradigma

O espaço doméstico e a construção das narrativas sobre a mulher na história da arquitetura nos EUA

Camila Belarmino*

Resumo Historicizar a dimensão do doméstico é um exercício que permite compreender como a domesticidade personificou a mulher para além da atuação na casa. Isto é, a domesticidade não é dissociada da figura feminina quando realiza atividades que não sejam as “do lar”. Assim, pretende-se analisar como a domesticidade configura as atividades exercidas pela mulher na arquitetura e urbanismo através da historiografia americana e defende que sua introdução na área funciona como uma forma de abrandar as tensões geradas pela expansão do próprio sistema capitalista. Foram selecionadas 5 produções da historiografia consideradas seminais e muito referenciadas em trabalhos sobre o tema no Brasil e no exterior.

Palavras-chave: arquitetura, domesticidade, gênero.

La domesticidad como paradigma . El espacio doméstico y la construcción de narrativas sobre la mujer en la historia de la arquitectura y el urbanismo en EE. UU.

Resumen Históricamente la dimensión de lo doméstico es un ejercicio que nos permite comprender cómo la domesticidad personificaba a la mujer más allá de actuar en casa. Es decir, la domesticidad no se disocia de la figura femenina al realizar actividades distintas a las “en casa”. Así, se pretende analizar cómo la domesticidad configura las actividades que realizan las mujeres en la arquitectura y el urbanismo a través de la historiografía estadounidense y argumenta que su implantación en la zona funciona como una vía para paliar las tensiones generadas por la expansión del propio sistema capitalista. Se seleccionaron cinco producciones historiográficas consideradas seminales y ampliamente referenciadas en trabajos sobre el tema en Brasil y en el exterior.

Palabras clave: arquitectura, domesticidad, género.

Domesticity as a paradigm . The domestic space and the construction of narratives about women in the history of architecture and urbanism in the USA

Abstract Historicizing the dimension of the domestic is an exercise that allows us to understand how domesticity personified the woman beyond acting at home. That is, domesticity is not dissociated from the female figure when performing activities other than those “at home”. Thus, it is intended to analyze how domesticity configures the activities performed by women in architecture and urbanism through American historiography and argues that its introduction in the area works as a way to alleviate the tensions generated by the expansion of the capitalist system itself. Five historiography productions considered seminal and widely referenced in works on the subject in Brazil and abroad were selected.

Keywords: architecture, domesticity, gender.

Domesticidade e espaço doméstico como categorias históricas

Para cumprir os objetivos desta análise, a domesticidade será entendida como um paradigma historicamente constituído por um conjunto de ideias e valores que definiram os papéis dos sujeitos e seus comportamentos. Também se pretende reconhecer a domesticidade como elemento essencial para o andamento da sociedade capitalista a partir da definição das dimensões pública e privada da família como pilar socioeconômico, da organização do espaço físico da casa, da cidade e das próprias definições de trabalho e profissionalização.

Mumford¹ aponta que a construção histórica da concepção de casa é posterior à ideia de proteção e que esse ambiente foi gradualmente firmado como doméstico a partir de tempos primórdios. A domesticação teria sido um processo associado ao “crescente interesse pela sexualidade e reprodução” (1998, p.18). Esse interesse pela sexualidade atribuiu à mulher papéis que as definiam como responsáveis por hábitos de “amansamento, nutrição e criação” (1998, p. 18). Como o ser mais próximo dos processos de crescimento humano no caso de maternidade, foi associada à figura feminina uma função preeminente na ampliação das possibilidades de alimentação. Mumford discorre que segurança, receptividade, proteção e nutrição foram funções atribuídas ao feminino e que serviram como fundamentos para a ideia de casa, aldeia e cidade. É possível observar, nestas concepções, a naturalização daquilo que seriam os atributos femininos. Dessa maneira, sob o alibi da reprodução, a mulher possuiria papel primordial, podendo ser comprovado através da constituição de culto às deusas associadas à fertilidade e à agricultura em diferentes culturas.

Analisando as transformações ocorridas na estrutura e no cotidiano da casa holandesa do século XVII, Rybczynski (2002) destaca mudanças comportamentais dos sujeitos que habitavam as casas como um resultado da emergência da cultura burguesa na região. Para ele, a sociedade holandesa apresentou os primeiros registros de intimidade na conformação da casa, afirmando que “(...) a casa não estava apenas ficando mais íntima, como também estava adquirindo, neste processo, uma atmosfera especial. Ela estava se tornando um lugar feminino ou, pelo menos, um lugar sob o controle feminino (...)”. (2002, p 85). Assim, o autor demarca esse contexto como a base para o desenvolvimento do ideal de domesticidade, que teria se configurado no espaço da casa e que abarcou as relações de intimidade entre os sujeitos. Conclui-se, a partir dos argumentos de Rybczynski (2002), que a casa, passando a ser entendida como lar, foi resultado de uma representação física da incorporação de sentimentos entre aqueles reconhecidos como membros da família. É justamente na elaboração da casa como espaço “físico dos sentimentos” que, segundo o autor, se definiram as ações dos sujeitos e se elaboraram seus papéis, dentre eles, o da mulher nas condições de mãe, esposa ou filha.

* Camila Belarmino é Graduada em História, ORCID <<https://orcid.org/0000-0001-5589-4425>>.

Ao esquadrihar o papel de homens e mulheres na constituição da sociedade burguesa do século XIX, a partir de uma leitura dialética desse processo, Hobsbawm (2015)

Nota 1 (página anterior):

A tese do autor explora as mudanças que ocorreram no neolítico, entre elas o processo que desencadeou a predominância dos homens sobre as mulheres. Um de seus objetivos foi compreender como a casa, a aldeia e a cidade, que segundo o autor foram criações femininas, passaram a ser áreas de dominação masculina.

interpreta o surgimento histórico do espaço doméstico como uma oposição ao espaço público diante da passagem da economia de campo para a economia industrial. O historiador considera que, no mundo agrícola, trabalho e função familiar eram inseparáveis desde os tempos mais remotos. E que, mesmo nas cidades, a relação casa/trabalho era presente (2015, p.303).

Contudo, segundo Hobsbawm, teria sido na esteira do desenvolvimento industrial que se operaram transformações que resultaram em maneiras diferentes de se conceber os espaços públicos, privados e seus respectivos componentes. A mudança teria ocorrido na maneira como os indivíduos produziam, contudo, homens e mulheres continuaram ocupando posições hierárquicas desiguais na emergente economia do capitalismo industrial. Dessa forma, a indústria teria sido responsável pela separação dos espaços entre casa e trabalho e, com essa divisão, a mulher foi excluída das atividades públicas mais reconhecidas. Por outro lado, essa mudança não significou o fim por completo das atividades manufatureiras realizadas em casa, porém, diante da produção fabril, a manufatura doméstica passou a ser classificada como uma atividade inferior e mal remunerada, majoritariamente exercida por mulheres (HOBSBAWN, 2015, p.305).

Conclui-se, através da interpretação de Hobsbawm, que, com o advento da economia industrial, as hierarquias definidas pelo sexo se asseveraram. Em sua análise, o autor argumenta que nem mesmo o fato de o trabalho realizado pela figura feminina ser mal pago, o que poderia fazer dela uma opção rentável para o mercado, foi capaz de livrá-la da clausura doméstica. Nesse caso, teria ocorrido uma conformação de condições que se destinavam a tirar as mulheres do competitivo jogo com os homens e, sobretudo, direcioná-las à dependência econômica em relação a eles (HOBSBAWN, 2015, p.306 - 307). Apesar da força desse padrão, em muitos casos, a condição de “provedor do lar” não pôde ser concretizada. Não obstante, mulheres, e até crianças, foram impelidas a ocupar postos de trabalho cujas atividades eram mais próximas às domésticas. Prova disso foi a maior absorção desse grupo em indústrias têxteis, em confecções e na indústria alimentícia no referido período.

Em síntese, o autor concebe que a mulher sofreu um gradativo processo de exclusão das formas de ganho que foram consideradas como trabalho a partir da industrialização das sociedades. Nesse sentido, o trabalho doméstico passou a ser reputado como uma não-ocupação, ocorrendo também a masculinização da ideia de trabalho e do mundo dos negócios (HOBSBAWN, 2015, p.309).

Mesmo em meio aos processos de luta em torno de valores representativos da democracia, a mulher foi alijada e sua subalternização foi, na maioria das vezes, justificada pelo viés da natureza dos sexos. A historiadora Michelle Perrot argumenta que o discurso da diferença entre os sexos retornou com força no século XIX, amparado pela ciência e corroborando as falas dos que proclamavam a universalidade e a igualdade entre os homens. Segundo a autora:

É um discurso naturalista, que insiste na existência de duas “espécies” com qualidade e aptidões particulares. Aos homens, o cérebro (muito mais importante do que o falo), a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos. (PERROT, 1988, p.177, aspas no original)

Perrot identifica os papéis de homens e mulheres nas três dimensões da sociedade do século XIX: coube ao homem a produção, aos homens e mulheres a reprodução e à mulher o consumo. Assim, foram determinadas as funções da “dona de casa”, a chefe do lar do século XIX, que se transformou em “patroa” na linguagem da empresa, ou ainda, aquela que administrava cientificamente o lar, isto é, fazendo uso da “ciência doméstica” de acordo com os parâmetros do discurso cientificista dos oitocentos. Segundo a autora, com a introdução da eletricidade e seus produtos, a mulher “dona de casa” se converteu na “engenheira do lar” (PERROT, 1988, p.178 - 179).

Para a autora, foram três os movimentos no século XIX que implicaram no estabelecimento da domesticidade e do que se reputa como o poder político e econômico exercido pelas mulheres² no espaço doméstico: a definição de espaço público como masculino, do privado como familiar e feminino e a constituição do imaginário simbólico feminino e do simbólico masculino. Esses aspectos foram os definidores de “zonas de poder” das mulheres durante o século XIX, entre eles, o privado, o familiar e o materno (PERROT, 1988, p.179 - 180).

² A análise da construção do poder feminino por Perrot se estrutura a partir da definição polissêmica de poder que, na obra, se fundamenta em investigações históricas e antropológicas.

Os recortes dos estudos apresentados acima tiveram como objetivo demonstrar alguns pressupostos básicos da domesticidade que foram constituídos ao longo do tempo, tais como, o espaço privado, a casa como lar, a família, a atividade doméstica como um não-trabalho, entre outros. Dessa forma, se observa que, na constituição de narrativas da história da arquitetura e urbanismo nos EUA, a prática profissional das personagens femininas está associada às noções de casa, espaço doméstico e domesticidade. Um ponto em comum entre obras dessa historiografia é justamente a constatação de que a presença da mulher nessas áreas se deu através da associação entre processo de criação projetual e o papel destinado à figura feminina no desenvolvimento do lar. Portanto, afirma-se que, em determinadas obras da historiografia dos EUA sobre a mulher na arquitetura, se construiu a ideia da figura feminina como arquiteta ou produtora de conhecimento arquitetônico, a partir do ambiente doméstico na segunda metade do século XIX.

Esses estudos apresentam um panorama sobre a mulher na arquitetura destacando o aspecto da domesticidade de forma recorrente. Dentre os exemplos das personagens, dos fatos e das instituições mais lembradas por esta historiografia podem ser citados casos como o de Harriet Irwin, apontada como a primeira mulher a receber a patente por um projeto em 1869, a “Casa Hexagonal”, seguindo os parâmetros da funcionalidade e economia, e o de Greta Grey, arquiteta formada no *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), com especialização em artes domésticas por *Columbia*, responsável pela construção de habitações econômicas e autora da obra *House and Home* de 1923.

Sobre o reconhecimento da mulher e suas produções são mencionadas as exposições e a constituição do *Women's Pavilion* em Nova Iorque, em 1876, como o primeiro pavilhão de exposição voltado para o trabalho da mulher e o pavilhão projetado por Sophia Hayden para a Exposição de Chicago, em 1893. Salientam-se como exemplos de atuação profissional casos como os de Mary Gannon e Alice Hands que, em 1894, inauguraram o primeiro escritório de arquitetura comandado por mulheres. Essas arquitetas participaram e ganharam um concurso para resolver o problema da moradia popular na cidade de Nova Iorque, em 1895, além de projetarem edifícios

destinados a mulheres, hospitais e casas. Institucionalmente, evidencia-se a *Cambridge School of Domestic and Landscape Architecture for Women* como a primeira escola de arquitetura para mulheres, fundada em 1913.

De acordo com a historiografia, já nos anos 1930, é possível constatar publicações que se dirigem às arquitetas em específico e, como exemplo, podem ser citados os artigos: *Women and architecture*, de Louise Bethune, publicado em 1918, na *Inland Architect and News Records*; *The Woman architect and her work*, também de 1918, publicado na *The Architectural Review* por Annabel Dott; *Women Architects*, publicado em 1919, por Stan Willis em *The Architect*; e o artigo publicado no periódico *Irish Times*, em 18 de fevereiro de 1939, com o título: *Wanted: Women architects! To do away with domestic difficulties*. Outro fato apontado como relevante por esta historiografia foi a criação do *The Women's Architectural Club* de Chicago e o lançamento da revista *The Architrave* em 1938.

É evidente que a mulher não foi concebida como arquiteta, nos termos da categoria para a época, por sua atuação fora do ambiente institucional, como nos exemplos citados acima, mas o que será conferido neste artigo é o esforço da construção de narrativas que inserem a mulher neste campo. Segundo a hipótese de Risério, o sistema vigente cumpriu um papel de introdução de mulheres na arquitetura para conter a pressão e cumprir tarefas não “adequadas” para homens. Para esse autor, os homens estavam preocupados com critérios formais e históricos dos projetos e das cidades e a mulher com aspectos como conforto, usabilidade, praticidade e racionalização do lar e condições de bem-estar (2013, p.116). Porém, cabe também reconhecer que foi tensionando as relações sociais e enfrentando o sistema que elas passaram a fazer parte dos quadros das instituições formadoras de profissionais da arquitetura, a partir da segunda metade do século XIX, nos EUA.

A domesticidade e a historiografia da arquitetura nos EUA

A partir deste ponto, serão apresentadas produções que constroem narrativas sobre a inserção da mulher na arquitetura, a partir da ação das personagens no espaço doméstico. Foram reunidas obras de autores como, Siegfried Giedion (1948), Doris Cole (1973), Gwendolyn Wright (1977) e Dolores Hayden (1982), pois enfatizam a relação entre espaço doméstico, arquitetura e ações de mulheres.

Em conjunto, tais leituras preconizam a existência e as vozes destas mulheres. A obra de Giedion (1948), a mais antiga entre as selecionadas, revela uma visão bastante singular, ao indicar a mulher como protagonista do processo de mecanização das atividades domésticas que se desdobraram em uma nova concepção de espaço. É uma visão anterior aos anos 1970, com um contexto de emergência dos estudos sobre a mulher na arquitetura e no urbanismo nos EUA, na esteira das reivindicações feministas, mas que trabalha concepções e personagens que farão parte de obras posteriores. Além disso, o autor se destaca por ter sido consagrado pela construção de narrativas sobre a arquitetura moderna. As obras de Cole, Wright e Hayden não indicam que essas mulheres foram reconhecidas como arquitetas em seus contextos e, ao sugerir essa interpretação, não tratam as trajetórias de forma descritiva, mas se reportam às experiências de maneira crítica, propondo seus significados para história da arquitetura.

³O estudioso é conhecido como uma referência nos estudos teóricos e históricos sobre arquitetura e urbanismo. Sua obra mais influente é *Space, Time and Architecture: The Growth of a New Tradition*, de 1941.

Em 1948, o historiador e crítico de arquitetura Siegfried Giedion³ lança *Mechanization Takes Command: a Contribution to Anonymous History*. Sua intenção foi apresentar com maiores detalhes o processo de introdução de ferramentas e de industrialização na vida cotidiana dos indivíduos. Seu campo de análise foram os Estados Unidos, justificando que novos métodos de produção foram primeiro ali aplicados, provocando uma mudança no pensamento e nos costumes.

Algo que chama atenção, em termos de composição de narrativa, é o caminho que o estudioso decidiu percorrer, por ele denominado como “história anônima”. O fato de o autor ter salientado a importância do papel de anônimos no processo de mecanização, a fim de provar a relação entre o uso de métodos não-industriais e o próprio processo, é um ponto significativo, tendo em vista o período em que a obra foi concebida, que ainda era fortemente influenciado por uma concepção positivista da história centrada na heroicização de sujeitos.

Foi a partir desse prisma que as mulheres apareceram no texto de Giedion. A justificativa para revisitar aqueles que o autor considera personagens anônimos tem por base o argumento de que a história não se estabelece por um movimento único, mas por um conjunto de contribuições que se confrontam simultaneamente, no tempo e no espaço, e que podem ser visualizadas dependendo do ponto de vista de quem observa. (1948, p.3). Contudo, diferente de leituras posteriores, Giedion não estima as mulheres como arquitetas ou contribuintes para esta área, mas figuras significativas no processo de introdução dos avanços da indústria no lar.

No capítulo em que aborda a maneira de como a mecanização passou a ser arte do lar, em *Mechanization encounters the household*, o autor inicia apontando a presença da mulher e afirmando que a mecanização do lar foi tardia, se comparada à de outros setores. E que teria sido somente com a popularização dos objetos mecânicos, os embates entre trabalho servil e o *status* da mulher nos EUA, que o processo de mecanização impactou o ambiente doméstico. Ao tratar da casa, o autor parte da fábrica, afirmando que a mecanização doméstica, assim como o ambiente industrial, se desenvolveu através de processos que organizaram o trabalho para reduzir o desperdício de tempo.

Ao abordar a relação com o movimento feminista é indicado que o *status* da mulher nos EUA no século XIX era proveniente de uma visão puritana, distante da expressão feminista radical da Europa. Isso significava que a posição da mulher no interior da família era política. Segundo Giedion, nessa perspectiva, a mulher estaria destinada ao governo da casa. O exemplo colocado pelo autor para defender que a mecanização do ambiente doméstico tenha sido uma proposta de origem não feminista foi o de Catherine Beecher. Nesse aspecto, Giedion salienta que o discurso de Beecher se aproximava do ideal puritano de comando do lar pela mulher. Com isso, Beecher teria dado como solução para o problema do servente doméstico, tema em pauta nas lutas sociais que desembocaram na guerra civil por conta do regime escravista, a estratégia de racionalização do espaço do lar, de suas atividades e a divisão de tarefas entre os membros da família.

Desta forma, Giedion considera que a organização dos processos no ambiente doméstico é anterior à mecanização nos Estados Unidos. Ele afirma que não foi a mecanização o

processo responsável pela introdução de ferramentas que organizaram a produção e tarefas no lar, mas a organização do espaço doméstico com o propósito de racionalizar as tarefas que serviam de base para a mecanização do lar. A mecanização já teria encontrado o ambiente pronto, dando origem, por volta da década de 1910, à ciência doméstica, quando os princípios da fábrica foram incorporados ao lar e as mulheres teriam sido responsáveis por essa elucubração.

Giedion diferencia a perspectiva nos EUA da europeia, no que diz respeito ao desenvolvimento da racionalização do lar. Nos Estados Unidos, o processo teria sido pensado e conduzido por mulheres, enquanto na Europa por arquitetos. Para Giedion, a ação do arquiteto moderno europeu, no ambiente doméstico, se transformou em uma tendência na Europa. Não havia, segundo o autor, uma base calcada na administração científica do lar, como existia nos Estados Unidos entre os anos de 1860 e 1910. A mudança proposta pelos arquitetos modernos europeus para a casa tinha como fundamento a estruturação da vida e da consciência social e não a relação entre trabalho doméstico feminino, o tempo, a energia e os fundamentos políticos e sociais.

Dessa maneira, o autor interpreta o trabalho e a defesa do “lar mínimo”, feita por Becheer, como uma proposta em termos de eficiência; esse fato não exclui a reflexão de Giedion, que a considera uma produção importante para se compreender a historiografia da mulher na arquitetura e no urbanismo nos EUA. Tendo como objetivo provar de que forma a mecanização foi introduzida e adaptada em cada espaço do lar e a sua “inevitável influência sobre nossa vida, nossas atitudes e nossos instintos” (1948, p. 4), Giedion constrói a agência da mulher como organizadora e protagonista do espaço doméstico na sua face racional, rompendo com a concepção de que a arquitetura moderna foi o ponto de partida desse processo.

Os primeiros estudos específicos sobre a profissionalização da mulher nas áreas de arquitetura e urbanismo se desenvolveram a partir da década de 1970. O surgimento dessas obras está relacionado ao engajamento de mulheres arquitetas no movimento feminista desse período. O livro *From tipi to skyscraper*, de 1973, de Doris Cole, é considerado a primeira obra que buscou historicizar a mulher na arquitetura nos Estados Unidos. O trabalho também foi uma resposta crítica à historiografia tradicional da arquitetura, que enfatizava a produção masculina e individual nos moldes da ideia de genialidade de criação. Cole não propõe uma análise individual, mas uma proposta social do papel da mulher na arquitetura ao longo do tempo.

Desta forma, Cole declara, inicialmente, os três objetivos da obra *From tipi to skyscraper* de 1973: observar a contribuição da mulher na arquitetura, analisar a situação social e econômica de sua época e propor meios para que mais mulheres pudessem ingressar nessa área. Entre esses objetivos, também busca revelar as razões para o que considera a exclusão da mulher no campo da arquitetura. Para tanto, a autora opta pela construção de uma narrativa que inicia no encontro entre “índios e pioneiros”, afirmando que as duas culturas dependeram da atuação da mulher para sobreviver no que se refere à criação de animais, agricultura, produção de vestimentas, obtenção de água e lenha⁴, etc.

Em um segundo momento, Cole (1973) penetra no mundo doméstico do século XIX e, assim como em outras obras, traz a ideia de “lar científico”, onde a mulher

⁴Delphy (2015) introduz essa ideia na obra “O inimigo principal: a economia política do patriarcado”.

teria desempenhado papel fundamental para o progresso da família e, portanto, da “civilização americana”. Esse último dado é profundamente explorado pela autora, que aponta, em diversos momentos da obra, como a expansão da sociedade e da economia nos EUA estiveram atreladas às atribuições tanto do homem quanto da mulher. Discute que a projeção da mulher ideal era aquela que se ocupava de duas esferas: a doméstica e a religiosa, endossando assim o teor moral do período.

Posteriormente, Cole trata daquilo que concebe como uma mudança no papel exercido pela mulher na sociedade em torno das consequências da Guerra Civil Americana. Para ela, a mulher desse período despontou do lar para uma missão civil, atuando em hospitais, comissões sanitárias e serviço social, aplicando seus conhecimentos domésticos no domínio público. É interessante notar que a ideia de aprimoramento da cidade e seus habitantes é relacionada à atuação da mulher fora da esfera privada, como afirma a autora:

No passado, a mulher americana, tipicamente “a exemplar”, usava o conhecimento cultural e arquitetônico para influenciar a moral de seus domínios domésticos independentes. Agora, esse domínio não era mais isolado e seguro em sua influência sobre seus membros. Foi localizado dentro de uma cidade, e a cidade invadiu sua privacidade. Por meio dos serviços sociais, uma mulher poderia continuar usando suas habilidades práticas, mas em uma escala maior e, esperançosamente, influenciar mais do que apenas sua própria família e servos. Nesse sentido, seu domínio abrangeu a cidade e sua família se tornou toda a população. (1973, p.57, aspas no original)

Por último, Cole se dedica à história da *Cambridge School of Domestic and Landscape Architecture for Women* e à situação da mulher arquiteta em seus dias. Metodologicamente falando, a estudiosa trabalha com o sentido de transição para desenvolver a narrativa que incorpora a mulher na arquitetura e no urbanismo. Em uma perspectiva mais linear, o que Cole propôs foi a busca pela mulher desde os primórdios dos EUA até sua consolidação nessas áreas, trazendo à tona as personagens e suas produções.

Nesse mesmo contexto, de um olhar feminista na historiografia da arquitetura nos EUA, Susane Torre organiza a exposição sobre a mulher na arquitetura dos EUA em 1977. Segundo Torre, a proposta da exposição surgiu na década de 1970 e foi implementada a partir da criação do *Archive of Women in Architecture*, onde os dados foram reunidos para a elaboração do projeto expositivo. A exposição ocorreu no Museu do Brooklin, em Nova Iorque.

Como resultado desse trabalho, Torre publica *Women in American Architecture: an Historical and Contemporary Perspective* em 1977, onde evidencia o processo de ocultação feminina no campo da arquitetura e do urbanismo. O objetivo de Torre, com a exposição e a publicação na época, era romper com a ideia de excepcionalidade e demonstrar a vastidão de mulheres que se comprometeram com a produção arquitetônica através de diferentes possibilidades de atuação no interior da área. A exposição foi organizada em três seções compostas de exemplos de mulheres designers e teóricas do ambiente doméstico, outra seção sobre arquitetas profissionais e uma terceira seção que exibiu os edifícios projetados por mulheres, tanto históricos quanto os daquele momento.

O livro sobre a exposição também pode ser salientado como uma referência para a historiografia da mulher na arquitetura e no urbanismo nos EUA e é dividido nos seguintes temas: mulheres no design doméstico; a perspectiva histórica da mulher na arquitetura; mulheres como críticas de arquitetura; a mulher na arquitetura contemporânea e mulheres e o simbolismo espacial. A obra reúne uma coletânea de artigos escritos por autoras que se tornaram referência nas investigações sobre a mulher nas áreas, como Doris Cole, Dolores Hayden, Judith Paine, Gwendolyn Wright, entre outras.

Dessa série de autoras, será destacada a produção de Gwendolyn Wright, que escreveu o artigo *The model domestic environment: icon or option?* no livro da exposição. A historiadora da arquitetura publicou diversas obras sobre a produção de Frank Lloyd Wright, sobre o design na França, a respeito da história do ensino de história da arquitetura, arquitetura moderna e história da arquitetura doméstica. Nessa última chave, Wright escreveu duas obras propondo um exame histórico da arquitetura do espaço doméstico e não necessariamente dos personagens deste ambiente: *Moralism and the Model Home: Domestic Architecture and Cultural Conflict in Chicago, 1873-1913*, de 1980, e *Building the Dream: A Social History of Housing in America*, de 1981.

Em seu artigo no livro de Torre (1977), Wright destaca que, desde princípios do século XIX, as mulheres escreviam sobre o lar e, por isso, desempenharam um papel importante na formação de um mercado de arquitetura doméstica. Segundo a autora, havia dois grandes fundamentos para as propostas de reforma do lar. Um apontava a necessidade de racionalização da atividade doméstica para a constituição de um lar ideal e defendia a centralidade do lar para a constituição de indivíduos, política e governos bons. O outro fundamento apontado por Wright, era o da modernização da casa, através da simplificação de processos e formas de objetos, e não tinha a intenção de liberar a mulher das atividades do lar para que ela pudesse se dedicar a outras fora dele. O que ocorreu, segundo a autora, foi o incremento de um novo significado para as tradições em torno do doméstico.

Em 1977, Wright escreveu o artigo *On the fringe of the profession: Women in American architecture*, em um livro organizado por Spiro Kostof (*The Architect: Chapters in the history of the profession*). O livro de Kostof consiste em uma reunião de artigos que pretendem apresentar a arquitetura como uma habilidade profissional especializada em dar forma às necessidades do ambiente. O ponto principal se encontra nas diferentes maneiras de se tornar profissional de arquitetura ao longo do tempo. Assim, o livro discorre sobre a dinâmica da aprendizagem em arquitetura, como os profissionais estabeleciam os contatos para a realização de projetos, o que a sociedade da época pensava sobre eles, entre outros aspectos.

De acordo com o organizador do livro, a ideia da obra surge entre as décadas de 1960 e 1970, momento em que jovens arquitetos lançaram questões sobre o futuro da profissão diante dos avanços industriais. Kostof e outros historiadores da arquitetura consideravam que o passado poderia auxiliar jovens e aqueles já estabelecidos profissionalmente no caminho da arquitetura. Portanto, os autores e autoras se lançaram na tarefa de escrever uma crônica renovada sobre a profissão de arquiteto com foco no Ocidente.

A obra é organizada em capítulos seguindo uma proposta cronológica desde a antiguidade, passando por Egito, Grécia, Roma, pela Idade Média, Renascimento, Inglaterra e França, sobre o estudo acadêmico da arquitetura. Os três últimos capítulos abordam a contemporaneidade com a formação em arquitetura no século XX nos Estados Unidos. Entre esses está o décimo capítulo de Gwendolyn Wright sobre a mulher na arquitetura, cujo título, *On the fringe of the profession: Women in American architecture*, já sinaliza a posição da mulher no processo de afirmação profissional da arquitetura, de acordo com o entendimento de sua autora.

Nesse capítulo, Wright afirma que, durante o período de definição da profissão de arquiteto, da segunda metade do século XIX às primeiras décadas de 1900, as mulheres eram minoria. Suas atividades estavam concentradas naquelas em que os homens deixavam de lado. A autora introduz a ideia de que o papel da mulher na prática da arquitetura foi influenciado pela rígida moral vitoriana do século XIX, numa época de códigos morais que, em certa medida, eram diferentes dos anteriores, mas que reforçavam as desigualdades entre homens e mulheres em todos os sentidos. Além da desigualdade hierárquica, apoiada na ideia da superioridade masculina, existia a diferença que se caracterizava dentro de um mesmo ramo como o da arquitetura e, nesse sentido, homens e mulheres eram destinados a lugares opostos. Assim, a aceitação da mulher no exercício da arquitetura se fazia válida desde que o alto grau de senso moral feminino pudesse ser aplicado para pensar o ambiente doméstico (WRIGHT, 1977, p. 281). O território da mulher na arquitetura era o da arquitetura doméstica, especialmente interiores. Para corroborar esta afirmativa, a autora destaca uma série de críticos de arquitetura da época que defendiam o exercício da função doméstica como uma prática feminina. Mas, mesmo esses autores recomendavam que as atividades de racionalizar o lar através do viés da arquitetura, deveriam ser feitas individualmente, pois o ambiente de trabalho profissional era julgado inapropriado para mulheres (1977, p. 283). Wright afirma que muitas profissionais escolhiam pensar o lar por causa da família e não pela carreira, não sendo comum que as mulheres associassem carreira e família.

Ao abordar as possibilidades de exercício da mulher na arquitetura, Wright afirma que não havia uma demanda radical por parte de um grupo de profissionais para conquistar espaços frente à predominância masculina. Para a autora, as profissionais, em sua maioria, reconheciam os limites impostos. Muitas persistiram fiéis ao sistema que as aceitava como trabalhadoras individuais, uma vez que a crença de que a criatividade era livre e individual deixou as profissionais distantes umas das outras. A pressão pelo sucesso individual e os estigmas ligados ao trabalho feminino teriam agido para que muitas mulheres conservassem sua posição subalternizada, acreditando que agindo diferente disso poderia gerar problemas. A fim de dar conta dessa contradição, Wright identifica quatro papéis femininos que foram assumidos pelas mulheres atuantes na arquitetura entre fins do século XIX e início do século XX: *exceptional woman*, *anonymous architects*, *architectural adjuncts* e *collective alternative*.

O grupo formado por aquelas que Wright chamou de *exceptional woman* pode ser conhecido como das mulheres que tentaram superar os homens demonstrando maior dedicação, produtividade e determinação. Assim, a autora destaca figuras como Catharine Beecher e Julia Morgan, que representariam a especialidade destinada às mulheres: a arquitetura doméstica de ambientes de classe média com funções determinadas por

sexo e de base conservadora. O segundo grupo seria o das *anonymous architects*, ou seja, daquelas que, de certa maneira, toleravam a discriminação. Wright aponta nomes como Josephine Wright Chapman, Eleanor Raymond, Margareth Hicks e Sophia Hayden como exemplos de profissionais que, apesar da quantidade de projetos ou da expressividade de suas produções, tiveram suas experiências ignoradas, como foi o caso de Sophia Hayden que projetou o Pavilhão da Mulher na Exposição Mundial de Chicago de 1893. O terceiro grupo era constituído por mulheres que realizavam atividades ligadas indiretamente à arquitetura, como escritoras, críticas, jornalistas, planejadoras, entre outras. Essas foram classificadas como *architectural adjuncts*. Segundo Wright, estas personagens tinham uma perspectiva social do ambiente construído. Como não atuavam diretamente com a prática da construção, mas com um viés mais teórico, seus trabalhos eram mais aceitos. Os exemplos analisados são os de Greta Gray, Helen Lukens Gaut, Una Nixson Hopkins, Moller Gilbreth, Elisabeth Coit e Catherine Bauer.

Por fim, Wright explicita o grupo daquelas que se dedicaram a um trabalho coletivo, *collective alternative*, cujo objetivo era constituir alternativas, propor uma reforma na legislação e a criação de novos tipos de instituições domésticas. Para elas, a reforma social que a arquitetura poderia promover era mais importante do que os quesitos relacionados à estética ou ao *status* profissional. Elas não estavam inseridas na produção da arquitetura, mas partiam de suas experiências para elaborar propostas em um diálogo entre mulheres. A maior parte das propostas tratava da atividade colaborativa em comunidade. O processo de criação dessas reformadoras era frequentemente coletivo e seu projeto buscava integrar especialistas e leigos, ambiente de trabalho e do lar. Desejavam, assim, expandir as possibilidades de atuação para outras mulheres e promover inovações na arquitetura.

Nessa parte, Wright ressalta os exemplos das comunidades que surgiram no século XIX como modelos alternativos de sociedade que pregavam mudanças sociais, entre elas a maior igualdade para as mulheres. A estrutura física dessas comunidades era pensada na forma de um trabalho econômico através de práticas eficientes e comunitárias. Em muitos casos, as mulheres realizavam os projetos desses espaços. A autora também mostra a relação entre a chamada Era Progressiva nos Estados Unidos e a formação de clubes de mulheres que atuavam na reforma dos lares e nas políticas nacionais de habitação. Wright reforça que a ação dessas mulheres não esteve baseada em mudanças no sistema profissional, mas na formulação de projetos que indicassem a transformação almejada pelo grupo.

Seguindo a proposta de apresentação da construção de narrativas sobre arquitetas e urbanistas nos EUA, o que Gwendolyn Wright chama de *The domestic science ideology* teria tido início no século XIX. Concepções de atividades domésticas, segundo os parâmetros da eficiência moderna, uma espécie de casa, de acordo com os padrões da ciência e da racionalidade, foram publicadas em manuais, revistas e jornais. Nesse enquadramento, a autora destaca a produção teórica das mulheres como o livro *House and home*, de 1923, escrito por Greta Gray. Nele, a arquiteta não pretendeu confrontar a lógica tradicional do lar e da profissão, mas considerar a casa como um ambiente complexo, salientando o papel da mulher como elo entre as instituições do lar e da comunidade. Gray, que também foi reconhecida como uma das pioneiras na arquitetura, segundo Wright, não pode ser considerada como uma opositora ao papel

tradicional da mulher, mas uma figura fundamental na identificação das necessidades e problemas enfrentados pela mulher no lar.

A autora também relata a experiência da *Ladies' Home Journal* de Helen Lukens Gaut e Una Nixon Hopkins, revista que trazia contribuições de arquitetas, jornalistas e leitoras interessadas na divulgação dos princípios científicos para o ambiente doméstico (WRIGHT, 1977, p. 19). Nela, apresenta o exemplo de Moller Gilbreth e de suas análises sobre as implicações psicológicas do ambiente para desenvolver estudos sobre cozinhas. Por último, Wright trata da atuação de Catherine Bauer, que realizou uma profunda crítica sobre a política nacional de habitação dos EUA.

A ideia de Wright (1977), ao rememorar a atuação da mulher na arquitetura, não é apenas rever trajetórias, mas dar conta das razões que levavam mulheres a fazer arquitetura e de como a sociedade justificava sua presença. Percebe-se a construção de uma narrativa que não exalta uma excepcionalidade feminina no campo profissional, tampouco esforços individuais. A autora trabalha tanto com a ideia de coletividade quanto de exercício individual, em um empenho para lançar uma compreensão de que, mesmo diante do imperativo da domesticidade no exercício da arquitetura, se faz necessário examinar a atuação de profissionais com intenções e comportamentos diversos dentro dessa lógica.

Em 1982, Dolores Hayden escreveu *The grand domestic revolution: a history of feminist designs for american homes, neighborhoods and cities*, em que aborda a atuação das primeiras feministas que reconheceram a exploração do trabalho doméstico. A autora chama esse grupo de mulheres de *material feminists*, justificando que elas propuseram uma transformação radical do desenho espacial e da cultura material dos lares, bairros e cidades dos EUA. Para tanto, a estudiosa destaca a diversidade de movimentos feministas, entre o século XIX e início do século XX. Sendo assim, identifica que havia grupos que lutavam por mudanças de ordem política e social e outros de feministas materialistas que se concentravam nas questões econômicas. A fim de superar as configurações do espaço urbano e doméstico, que invisibilizaram o trabalho nos lares, elas desenvolveram uma série de propostas que iam desde espaços cooperativos até novos tipos de edificações com funções comunitárias. Hayden defende que a proposta dessas mulheres era a idealização de uma "cidade feminista" e que isso pressionava a arquitetura para repensar o design padrão para a família (1982, p.3).

Diferente de outras correntes vigentes do feminismo, que se debatiam sobre a proteção da esfera da mulher, as materialistas definiam a esfera feminina como o controle das mulheres sobre a reprodução da sociedade. Entendiam o trabalho doméstico e o cuidado de crianças como tarefa social. Assim, as feministas materialistas reuniam outros aspectos das lutas feministas, desde a casa até a nação, e rejeitavam a concepção de espaço tipicamente vitoriano e burguês, afirmando que o uso da racionalidade no espaço doméstico proporcionava a introdução da tecnologia e uma estética mais adequada.

Hayden (1982) destaca as diferenças entre as demandas das socialistas, das feministas e das feministas materialistas. A autora assume que transformações vivenciadas com o processo de industrialização e desenvolvimento do capitalismo causaram grandes impactos nas relações entre os indivíduos e que, apesar das diferenças entre as

correntes, todas podem ser vistas a partir dos efeitos do capitalismo sobre as vidas das mulheres. Afirma também que a tecnologia não foi absorvida rapidamente nas tarefas do lar e que muitas tarefas puderam ser externalizadas com a introdução da tecnologia no setor de serviços, mas que a prática não foi acessível a todas as classes.

Dessa maneira, o interesse na tecnologia pelas feministas materialistas era grande. Elas constataram que, mesmo depois da Guerra Civil, a ausência da tecnologia no lar aproximava as mulheres donas de casa de uma realidade ainda do início do século XX. Para esse grupo, a tecnologia deveria estar sob o comando da mulher no lar junto com a socialização das tarefas domésticas (HAYDEN, 1982, p.22). Feministas materialistas identificaram que a transformação do espaço doméstico sob o controle da mulher era a chave para a transformação social, a justiça econômica e a igualdade, discurso que influenciou uma série de profissionais da época, segundo Hayden.

A autora discute que a possibilidade de ociosidade feminina permitiu à mulher burguesa produzir conhecimento sobre o espaço doméstico. Assim, identifica dois modelos: a “dona de casa”, que não tinha condições de contratar outras mulheres para realizar os serviços domésticos, e a “dona de casa empregadora”, isto é, aquela que tinha possibilidade econômica de contratar outras mulheres para desempenhar as atividades domésticas (1982, p.22), que podem ser observados de maneiras diferentes quando relacionados à luta pela emancipação da mulher e à forma de como encararam o espaço doméstico e suas funções nele. Para a “dona de casa empregadora”, as questões políticas, tais como o sufrágio, eram em geral mais importantes. A preocupação com questões para além do lar foi possível porque este grupo de mulheres tinha a possibilidade de contratar outras para realizar os serviços da casa. Já para a “dona de casa” a sobrevivência falava mais alto. É desse grupo que teriam se originado aquelas que pensavam coletivamente o lar e as transformações sociais. Para essa dona de casa média a tarefa era outra: economizar para a manutenção da casa e para o bem da família.

Análise das narrativas sobre a mulher na arquitetura sob o ponto de vista da divisão sexual do trabalho e das relações sociais de sexo

As narrativas até aqui expostas têm em comum a experiência da mulher no ambiente doméstico como ponto de partida para a sua atuação em arquitetura. Esses estudos apontam que, diante da vinculação historicamente construída do feminino à esfera doméstica, mulheres pensaram o ambiente do lar a partir de pressupostos da arquitetura. Somente mais adiante no tempo que a arquitetura teria se tornado um campo paulatinamente galgado por figuras femininas em outros âmbitos, para além do doméstico.

Um ponto que pode ser considerado sobre o grupo de mulheres, que a historiografia dos EUA identificou como as primeiras arquitetas e urbanistas, é o da origem social dessas personagens. A arquitetura teria sido ofício de mulheres da classe média e daquelas próximas ao ambiente doméstico como “devotas do lar”. Tal constatação pode ser melhor compreendida através da maneira como Pinto (2007) define esta condição. Segundo a autora, a dedicação da mulher ao lar só pode ser inteligível a partir da constituição do modelo de família nuclear moderna, em um contexto de

industrialização e urbanização onde ocorreu a definição de privado, como doméstico, e exterior como lugar público, conforme foi abordado na primeira parte deste artigo. Tal conjunção foi fruto da mentalidade burguesa que legitimou como atributos naturais da mulher a domesticidade e a maternidade e que preconizou na família um lugar central na sociedade como instrumento de mediação entre as esferas pública e privada, através da tarefa de integração social das crianças para a garantia do controle e na formação dos futuros cidadãos (PINTO, 2007, p. 2).

O fato de as primeiras arquitetas e urbanistas dos EUA, presentes nas narrativas apresentadas, serem oriundas de camadas não populares pode ser interpretado a partir do cenário historicamente favorável para que essas produzissem saberes sobre o lar. Eram mulheres burguesas que atuavam na construção do modelo de família nuclear, com o estabelecimento de uma divisão de tarefas da ordem do feminino e da ordem do masculino, conforme destacaram Hayden (1982) e Cole (1973).

Diante do exposto, sobre a domesticidade como função do feminino, as narrativas da historiografia dos EUA podem auxiliar na percepção do desenvolvimento da divisão de atividades no interior da arquitetura pautadas no sexo, que persiste, através de diferentes formas, nos dias de hoje. Segundo Kergoat, a divisão sexual do trabalho não representa uma complementação, mas “uma relação de poder dos homens sobre as mulheres” (2009, p. 67). É um constructo histórico, que se desdobra de diferentes formas em cada sociedade. De maneira geral, na divisão sexual do trabalho, as atividades exercidas pela mulher são qualificadas como de caráter reprodutivo e as do homem com maior reconhecimento social. Dessa maneira, vai além da definição das atividades entre masculino e feminino, mas traduz estas atividades a partir de princípios hierárquicos no qual a maior importância é atribuída ao trabalho do homem. Não consiste, porém, em modalidades de atividades definidas rigidamente, pois elas podem variar no tempo e no espaço, isto é, uma atividade que outrora fora classificada como feminina, pode corresponder a um fazer masculino e vice-versa (KERGOAT, 2009, p. 68).

Portanto, ao passo em que a identidade da mulher foi balizada pelo paradigma da domesticidade, assim teria sido também constituída sua atuação em arquitetura dentro da historiografia dos EUA. Tais constatações podem ser ilustradas por aspectos da arquitetura e do urbanismo no Brasil e EUA contemporâneos. Nos dois países, o imaginário social da profissão é permeado pela identidade doméstica, cabendo às mulheres o exercício de forma prevalecte na área de decoração, interiores e do projeto de espaços domésticos, não representando grandes números em cargos de chefia de escritórios e sendo remuneradas, em média, com soldos menores do que os homens. Predominantemente masculina no passado, hoje a arquitetura e urbanismo no Brasil é uma profissão de maioria feminina, mas hierarquicamente masculinizada.

Dessa maneira, também é possível perceber as mudanças pelas quais o campo da arquitetura passou, à luz das relações sociais de sexo, tendo em vista que a feminização destas áreas não correspondeu à igualdade de reconhecimento e remuneração. Decorre desse aspecto a importância dos fatores sociais, apresentados nas obras de história aqui discutidas, para entender as permanências na estruturação da identidade feminina na arquitetura e no urbanismo, tais como a domesticidade.

As relações sociais de sexo, segundo Kergoat, são uma categoria mais abrangente porque auxiliam em uma apreensão para além das atividades economicamente destinadas a homens e mulheres. Tais relações consistem na “tensão que atravessa um campo social” e como esta “tensão produz certos fenômenos sociais e, em torno do que neles está em jogo, constituem-se grupos de interesses antagônicos” (2009, p. 71). Relações sociais de sexo se caracterizam pelos antagonismos dos grupos envolvidos e pelas diferenças construídas socialmente entre as atividades de homens e mulheres. Essas relações têm uma base material, além da ideológica, que se estruturam hierarquicamente e configuram uma dominação. Kergoat, ao abordar a situação da mulher operária indica que: “As mulheres ocupam os postos menos qualificados e de menor remuneração e [as arquitetas e urbanistas] não constituem exceção à regra” (2012, p. 5).

O que as narrativas comprovam é que há uma relação historicamente construída entre as divisões de tarefas na arquitetura a partir de uma relação entre os sexos, cabendo à mulher o âmbito doméstico como ponto de partida para a sua atuação.

Produção e reprodução social no sistema capitalista através da historiografia da mulher na arquitetura nos EUA

O papel da mulher no ideal de progresso e modernização da sociedade dos EUA, isto é, pensar o lar gerindo bem as tarefas e a função de mãe, pôde ser constatado nas análises apresentadas por Giedion (1948), Wright (1977) e Cole (1973), ao ressaltarem a face política das relações entre a figura feminina e o espaço doméstico. Cabe ressaltar que a lentidão para a introdução das inovações da indústria no lar também contribuiu para que fosse reforçada a missão da mulher na condução do espaço doméstico de forma eficiente e econômica, conforme destaca Hayden (1982). Desta forma, considerando os pontos elencados nessas análises, propusemo-nos uma leitura da profissionalização da mulher em arquitetura nas narrativas dos EUA, a partir da lógica da produção e da reprodução social.

Constata-se que, na sociedade industrial ocorreu a dissociação entre trabalho e o produto do trabalho. Pressupunha-se a população ativa como aquela que vendia a força de trabalho, mas essa perspectiva não incluía a maior parte das mulheres de camadas altas e médias. Essas, em casa, não atendiam ao status de venda de força de trabalho, o que as classificava como não ativas. Portanto, o conceito de trabalho na economia de mercado categorizou a mulher como inativa⁵, uma espécie de sujeito não produtor, mas reprodutor, diante desse significado de trabalho.

Diante desse ponto de vista, a mulher não venderia sua força de trabalho e nem produziria bens, mas seria responsável pela reprodução das atividades sociais relacionadas à reprodução em termos biológicos e ao cuidado dos sujeitos principalmente na esfera doméstica. Tais atividades foram elencadas como naturais e como missão da mulher, mesmo que o desenvolvimento das atividades produtivas no âmbito do capitalismo dependessem de arranjos familiares e domésticos. Mas, para Pinto (2007, p. 4), apesar das mulheres no ambiente doméstico não serem consideradas força de trabalho, elas assumiram dois papéis estritamente econômicos, isto é, como organizadoras do orçamento familiar e consumidoras.

⁵Este aspecto também foi evidenciado por Delphy em “O inimigo principal: a economia política do patriarcado” ao definir o que chamou de modo de produção doméstico: “Com a industrialização, a produção familiar se restringe ao trabalho doméstico: chama-se de trabalho doméstico aquilo ao que se reduz a produção gratuita da mulher”. (2015, p. 110)

Seguindo esse mecanismo de compreensão, a incorporação da mulher na área da arquitetura, a partir da domesticidade, suscita uma indagação sobre a relação entre produção e reprodução social. A figura feminina foi associada à reprodução social através das atividades domésticas consideradas como essenciais para a existência da vida, contudo, são essas mesmas atividades que, de acordo com as narrativas da historiografia nos EUA, conformaram a entrada da mulher no âmbito da arquitetura e urbanismo. A contradição pode ser explicitada nos seguintes termos: enquanto mulher, mãe e mantenedora do lar, sua atividade se encaixava na escala da reprodução, mas, ao pensar sobre essas funções, escrever a respeito delas e sobre a melhor maneira de configurá-las, em termos arquitetônicos – funcionalidade, usabilidade, conforto, etc – a mulher teria iniciado sua trajetória no campo da produção profissional em arquitetura, mesmo sob condição subalternizada. As narrativas de autoria de Cole (1973) e Wright (1977) incluem a atividade doméstica na esfera da produção e, ao assumirem esse ponto de vista, contribuem para um exercício de subversão da ordem, isto é, de questionamento da percepção de trabalho na construção dos discursos históricos.

A começar por esse ponto de vista, o que as narrativas indicam seria, possivelmente, um momento em que a reprodução se consubstancia em produção sob o *status* de um fazer que é da ordem da arquitetura, partindo da atividade de cunho doméstico, e os fatores que concorreram para que esta mudança de *status* ocorresse. Sobre esses fatores, é possível citar a definição do papel da mulher no ideal de modernização da sociedade dos EUA, a lógica vitoriana, a possibilidade de tempo disponível para a reflexão sobre as questões do lar no interior da burguesia e a introdução do instrumental tecnológico que primeiro externalizou as atividades e, mais tarde, foi introduzido na escala privada, como já abordado.

Os fatores que explicam a ascensão da mulher para a esfera produtiva da arquitetura indicados pela historiografia fazem parte de uma dimensão maior, que corresponde à estruturação do sistema capitalista na conjuntura histórica dos EUA. Contudo, é importante destacar que essa ascensão não foi completa, visto que, no interior da arquitetura, a mulher ficou alijada do processo de reelaboração das formas produtivas mais prestigiadas da profissão. O fato pode ser entendido à luz do que Saffioti aponta sobre esse aspecto:

Neste caso, a sociedade acaba por encontrar outros fatores que possam funcionar como marcas sociais e justificar o desprestígio de outros setores demográficos e sua localização na base da pirâmide social. Todavia, determinados caracteres naturais não são passíveis de anulação ou abrandamento, o que facilita seu isolamento para funcionar como desvantagem no processo de competição. (1976, P.16)

Vistas por um outro lado, seria possível afirmar que as narrativas também indicam um reforço da identidade feminina pautada na domesticidade? Pensar a arquitetura do ambiente doméstico era de fato trabalho ou apenas uma forma mais adequada, eficiente e, segundo o discurso da época, mais científica de traduzir a missão da mulher? As pesquisas históricas apresentadas demonstram que houve ao mesmo tempo uma “libertação” e um “aprisionamento” da mulher em sua “missão natural” de domesticidade. Os exemplos identificados nas narrativas expõem que, ao tentar romper com a produção arquitetônica típica do mundo doméstico, a resistência imposta poderia ser maior⁶.

⁶ Vide o já citado caso de Sophia Hayden Bennet que venceu o concurso para o Pavilhão da Mulher da Exposição de Chicago em 1893. Na ocasião, seu projeto foi profundamente criticado e o pagamento do prêmio foi menor pelo fato de ser mulher. Relatos dizem que sua revolta foi considerada como surto e ela chegou a ser internada num sanatório.

Propõe-se, a partir das narrativas examinadas, que o exercício da arquitetura pela mulher possa ser interpretado como uma maneira de conservar a relação entre feminino e identidade doméstica e, até mesmo, como forma de apaziguamento frente às reivindicações mais progressistas sob a retórica de que o domínio da mulher era o lar por sua corresponsabilidade pelo progresso da família e da nação. Esse ponto pode suscitar uma contradição a partir das narrativas de profissionalização da mulher na área em questão, isto é, a arquitetura doméstica pode ser lida como o início do percurso da mulher na arquitetura ao mesmo tempo que aprofunda sua imagem com o lar na própria área. Mais uma vez a leitura de Saffioti (1976) serve como recurso para pensar a relação entre a inserção da mulher na arquitetura, a partir das narrativas e a permanência do paradigma da domesticidade no exercício profissional:

É limitando, através do uso cuidadoso das imagens estereotipadas, o grau e a extensão da integração de certas categorias sociais no sistema de produção de bens e serviços que este se resguarda de possíveis rupturas de equilíbrio, mantendo suportáveis as tensões que gera. (1976, p. 27)

(...) No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, a mulher contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção. (1976, p.18)

Dessa maneira, se reforça a ideia de que, mesmo sob condições de subalternidade e de inferioridade naturalizadas no contexto de produção e reprodução do capital nos EUA, à mulher foi creditado um papel na consolidação da lógica de modernização capitalista em um setor profissional prestigiado a partir da domesticidade, que era considerada atividade reprodutiva, mas forjada como atividade de produção no interior da arquitetura. Essa experiência de forjamento pode ser constatada através das narrativas e, conforme abordado, nas formas de atuação contemporâneas da mulher em arquitetura.

As narrativas de Cole (1973), Wright (1977) e Hayden (1982) evidenciam o processo de desenvolvimento da racionalização das atividades do lar pelas mulheres entre os séculos XIX e XX, demonstrando o quanto a lógica do progresso social e econômico nos EUA legitimava a relação entre mulher e domesticidade. Já Giedion (1948) aponta uma distinção entre a concepção de espaço doméstico nos EUA e na Europa. Tais acepções podem ser examinadas partindo da ideia de que, como aportes para o desenvolvimento do capital, o espaço doméstico e o papel da mulher tiveram construções diferentes na comparação entre Europa e EUA.

Nas narrativas da arquitetura moderna europeia de fato se constituiu uma versão que invisibilizou a mulher como arquiteta ou pensadora das atividades do lar. O quadro narrativo é definido a partir da criação do ideal de existência mínima, associado às dinâmicas do processo de industrialização e seus impactos, tais como, o avanço da urbanização, o crescimento demográfico, dos serviços, a velocidade das atividades, etc. Pensar a cidade e a casa funcional, teria sido a missão dos mestres reconhecidos

pela narrativa historiográfica tradicional do modernismo europeu e, neste caso, o papel das mulheres era o de manutenção do lar, agora sob os auspícios da arquitetura e design modernos.

Seguindo esse raciocínio, podemos entender que, a partir da afirmação do sistema capitalista nos EUA e na Europa no século XIX, se construíram funções diferentes para as mulheres, mas, mesmo participando desse processo, elas não foram libertadas da condição de inferioridade. Também analisando as narrativas, entende-se que a domesticidade passa a ser condição *sine qua non* para a manutenção do crescimento do sistema, mas em nenhum dos casos, tanto na Europa quanto nos EUA, as mulheres aparecem desassociadas do lar. E, por fim, o que predomina nas narrativas tradicionais da história da arquitetura no Brasil é a perspectiva europeia de racionalização do lar associada à figura masculina através da instrumentalização da tecnologia e do signo da simplificação formal como imperativo para a sobrevivência adequada na cidade.

Sendo assim, na construção da historicidade do modernismo, a figura masculina foi associada à liderança do processo de racionalização do lar em detrimento da feminina, mesmo que esta já estivesse inserida no campo da arquitetura. O fato, mais uma vez, demonstra que a incorporação da mulher na área não foi suficiente para romper com a imposição de condição de inferioridade, tampouco com as supostas tarefas de reprodução baseadas no padrão burguês de família e de intimidade. Já na construção das narrativas sobre a mulher na arquitetura dos EUA, demonstram-se as estruturas e os meios de opressão, mas também uma leitura de possibilidades de ação dessas mulheres no âmbito da arquitetura.

Conclusão

Para além da atividade doméstica, verificou-se, a partir do exame da historiografia da mulher na arquitetura nos EUA, alguns outros pontos nas trajetórias elencadas. Foi no século XIX que mulheres passaram a receber o título de arquitetas, o que lhes concedeu uma distinção com relação à economia doméstica e à etiqueta. Também foi constatado que algumas personagens efetuaram projetos de maiores proporções como casas, prédios e planos urbanísticos. Outras participaram de escritórios e, à semelhança do que ocorria com as profissionais no Brasil, eram designadas para tarefas mais minuciosas, como desenho e maquetaria, conformando a lógica da suposta “natureza feminina”, usada para justificar a realização de atividades mais monótonas, delicadas e ricas em detalhes pelas mulheres. Tais elementos foram explorados em estudos da sociologia do trabalho (HIRATA; KERGOAT, 1993; SOUZA-LOBO, 1991).

Houve casos de mulheres que, por meio da atuação profissional, também estabeleceram agendas cujas pautas giravam em torno da emancipação, da igualdade de direitos, da reforma social e da militância política. Sobre esses pontos, os estudos de Hayden (1982) foram bastante esclarecedores; mas, o fator que integra sua narrativa de Giedion (1948), Cole (1973) e Wright (1977) é a relação entre feminino, domesticidade e trabalho em uma busca pelo protagonismo da mulher.

O contexto de construção das narrativas aqui apresentadas é aquele de emergência dos estudos sobre a mulher de uma forma geral, bem como das reivindicações dos movimentos feministas. Foram desenvolvidos, nas áreas da história e da sociologia,

estudos sobre a mulher no trabalho, seus papéis e inserções no espaço público, na política e o questionamento das relações de domesticidade.

Nesse caso, a produção da mulher na arquitetura e no urbanismo nos Estados Unidos revela algumas referências que podem contribuir para pensar as pesquisas sobre o mesmo tema no Brasil. É a partir da década de 1970 que encontramos a maior parte dessas pesquisas, mas não podemos deixar de salientar que o debate já tinha sido iniciado décadas antes, como nas citadas publicações datadas do início do século XX de Louise Bethune (1918), Annabel Dott (1918), Stan Willis (1919), etc. Foi ressaltado também o trabalho de Giedion (1948) que, apesar de não colocar a mulher como arquiteta e estar situado num momento anterior aos anos 1970, também destacou a presença da mulher no espaço doméstico como produtora de conhecimento. O que se observa, a partir desse momento, é a sistematização dos dados e a busca pela construção de uma narrativa capaz de desnaturalizar a ausência ou invisibilidade da mulher na arquitetura.

As leituras analisadas neste artigo não se tratam de pesquisas realizadas sob um ponto de vista positivista, isto é, que busquem apresentar os sujeitos históricos em narrativas heroicas. Elas apresentam aspectos em comum, no que diz respeito aos fatores que implicaram na trajetória da mulher na arquitetura, sobretudo, o avanço industrial e científico, a expansão urbana, a cultura vitoriana e os valores religiosos. Dessa maneira, tais aspectos elencados por esse conjunto historiográfico como importantes para a compreensão da ascensão da mulher no campo da arquitetura nos EUA possibilitaram a construção de uma reflexão crítica, a partir do papel da mulher no desenvolvimento no processo de estruturação do capitalismo nos EUA.

A maneira como foi apresentada o que teria sido a participação da mulher na arquitetura suscitou questionamentos em torno da ideia de trabalho e sua relação com a domesticidade. Tanto os estudos sobre a mulher na arquitetura quanto os conceitos elencados aqui para reflexão partem de um mesmo contexto histórico da década de 1970 e dos estudos sobre a mulher com destaque para o trabalho. Assim, buscou-se refletir sobre os papéis masculino e feminino, no que diz respeito à divisão de atividades, tendo como fundamento o sexo e, depois disso, uma crítica sobre como essas divisões se desdobram nas narrativas que apresentam as atividades domésticas como produção em arquitetura. Portanto, conclui-se que a lógica da domesticidade incidiu, e ainda incide, como um parâmetro para definição do trabalho realizado por mulheres e as narrativas aqui selecionadas sobre a trajetória da mulher na arquitetura nos EUA explicitam a domesticidade de forma paradigmática.

Referências bibliográficas

COLE, Doris. *From Tipi to Skyscraper: a history of women in architecture*. Cambridge: The MIT Press, 1973.

DELPHY, Christine. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. *Revista Brasileira de Ciência Política* 2015, n.17, Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-33522015000300099&lng=en&nrm=iso&lng=pt>. Acesso em 13 de novembro de 2019.

GIEDION, Siegfried. *Mechanization Takes Command: A Contribution to Anonymous History*. New York: The Norton Library, 1948.

- HAYDEN, Dolores. *The grand domestic revolution*. Cambridge, Massachusetts/London, England: The MIT Press, 1982.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. A classe trabalhadora tem dois sexos, *Estudos Feministas*, 2 (3): 93-100, 1993.
- HOBBSAWN, Eric. *A era dos impérios*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- KERGOAT, Danièle (2000). "Division sexuelle du travail et rapports sociaux de sexe". In: Hirata, H. et al (coord.) *Dictionnaire critique du féminisme*, Paris: PUF, p. 35-44 (trad. bras. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo, in *Dicionário Crítico do Feminismo*, São Paulo: EDUNESP, 2009, p. 67-75.
- _____. (2012 [1978]). "Ouvriers=ouvrières. Propositions pour une articulation theorique de deux variables: sexe et classe". Se battre, disent-elles. Paris: La Dispute, cap. 1. Originalmente publicado em: *Critiques de l'Economie Politique*, 5 (out-dez), pp. 65-97 (tradução brasileira como Lutar, dizem elas...Recife: SOS Corpo, 2018).
- LEWIS, Mumford. *A cidade da história*. Suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- PERROT, Michele. *Os excluídos da história*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- PINTO, Teresa. Industrialização e domesticidade no século XIX: a edificação de um novo modelo social de gênero. In: Fernanda Henriques(org.), *Gênero, Diversidade e Cidadania*, Colibri, Lisboa: 2007. Disponível em: <<https://books.openedition.org/cidehus/4085>>. Acesso em: 13 de novembro de 2019.
- RISÉRIO, Antonio. *Mulher, casa e cidade*. São Paulo: Editora 34, 2015.
- RYBCZYNSKI, Witold. *Casa*. Pequena história de uma ideia. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- SAFFIOTI, Heleith. *A Mulher na Sociedade de Classes*. Mito e Realidade. Petróolis: Vozes, 1976.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A Classe Operária tem Dois Sexos*. Trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1991.
- TORRE, Susane. *Women in American Architecture: a historic and contemporary perspective*. USA, Watson-Guptill Publications, 1977.
- WRIGHT, Gwendolyn. *Building the Dream*. A Social History of Housing in America. Cambridge, Massachussets / London, England, The MIT Press, 1980.
- _____. On the fringe of the profession: Women in American architecture In: KOSTOF, Spiro (ed.). *The Architect*. Chapters in the history of the profession. New York: Oxford University Press, 1977.
- _____. The model domestic environment: Icon or option? In: *Women in American Architecture: a historic and contemporary perspective*. USA, Watson-Guptill Publications, 1977.

Recebido [Jul. 06, 2023]

Aprovado [Jul. 15, 2024]